



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS – BACHARELADO

Silvana Fátima Veiga

Um olhar dos professores sobre o

Intérprete Educacional

Joinville-SC

2018

Silvana Fátima Veiga

Um olhar dos professores sobre o Intérprete Educacional

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professor Orientador: Dr. Deonísio Schmitt

Professora Coorientadora: Ms. Laura Dias de Souza Serpa

Joinville-SC

2018

“Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa, quando eu rejeito a língua, rejeito a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu Aceito a língua dos sinais eu aceito o surdo e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los. Devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes serem surdos”.

Terje Basilier Psiquiatra Norueguês - Surdo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu saúde e energia espiritual não deixando que desistisse de meu sonho para a conclusão deste trabalho.

Ao meu orientador professor Dr. Deonísio Schmitt, por proporcionar o melhor caminho a seguir para a realização deste trabalho.

A minha coorientadora Laura Dias de Souza Serpa, pelas sugestões de materiais a serem pesquisados e pela confiança a mim depositada nos momentos de nervosismos, não deixando que desistisse dos meus sonhos nos momentos de fraqueza.

DEDICATÓRIA

A minha querida mãe Santornina que sempre acreditou em mim e me deu total apoio nessa caminhada.

Ao meu amado esposo Maurino, pela paciência e confiança a mim depositada, acreditando e contribuindo nessa caminhada.

A minha amiga, companheira e querida irmã que esteve sempre presente, pela paciência, compreensão e confiança a mim depositada, Maria.

Aos meus amigos que fiz no curso Letras Libras e que carinhosamente chamamos família Letras Libras, e que serão lembrados eternamente em meu coração.

Aos professores da escola participante desta pesquisa, por responderem ao questionário por mim proposto.

E principalmente aos docentes do Letras Libras pelos conhecimentos compartilhados para minha formação acadêmica, onde me fez ter um outro olhar sobre os TILS e a importância da formação desse profissional, e o respeito a comunidade surda.

RESUMO

Este trabalho que tem como título “Um olhar dos professores sobre o intérprete educacional”, tem como objetivo principal verificar se professores que trabalham com a inclusão de alunos surdos, conhecem a função do intérprete educacional em sala de aula. O tema nos leva a pensarmos sobre a inclusão escolar de alunos surdos, onde neste contexto é comum alguns equívocos acontecerem, por isso importância de discorrer sobre as funções do intérprete educacional no processo de escolarização de alunos surdos, que precisam do intérprete educacional como acessibilidade para que possam receber as informações e conhecimentos repassados pelos professores das disciplinas. Para isso foi pesquisado sobre os três grupos envolvidos no ato interpretativo, para que se perceba que ambos estão constantemente em contato, Esta pesquisa conta com quatro capítulos, onde no primeiro capítulo, apresenta-se aspectos referentes a temática e contextualização, objetivo geral e específicos, a justificativa e a delimitação do tema. No segundo capítulo discorre-se sobre os surdos, intérpretes e educadores, professores, inclusão. No terceiro capítulo falaremos sobre a metodologia, onde destaca-se, abordagem da pesquisa, realizada de forma qualitativa através de questionário respondido por professores de uma escola X do ensino médio. E no quarto capítulo será feito a análise dos dados onde percebe-se que realmente falta informação acerca do profissional intérprete e sua função. Para embasamento das informações usou-se pesquisa de referencial bibliográfico. Conclui-se que este trabalho auxiliará aos professores leitores entenderem a função do intérprete diminuindo equívocos, ou questionamentos. Sabe-se que interpretar ou traduzir não é simples repasse de línguas, vai muito além disso, será o intérprete que fará a comunicação entre surdos e ouvintes, por isso requer estudos, atenção e dedicação total desse profissional, e principalmente estar sempre se atualizando, em respeito ao surdo.

Palavras-chave: Intérprete Educacional, Surdos, Língua de sinais, Prática docente, Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This research, entitled "A teacher's view of the educational interpreter", has as main objective to verify if teachers who work with the inclusion of deaf students, know the role of the educational interpreter in the classroom. on the inclusion of deaf students, where in this context it is common for some misunderstandings to occur, for this reason it is important to discuss the functions of the educational interpreter in the schooling process of deaf students, who need the educational interpreter as accessibility so that they can receive the information and This research has four chapters, where in the first chapter, it presents aspects related to the subject matter and contextualization, general objective and specific, justification and delimitation of the theme. The second chapter deals with the deaf, interpreters and educators, teachers, and inclusion. In the third chapter we will talk about the methodology, where it stands out, approach of the research, accomplished in a qualitative way through a questionnaire answered by teachers of a high school X. And in the fourth chapter will be made the analysis of the data where it is realized that really lack information about the professional interpreter and its function. To base the information, a bibliographic reference search was used. It is concluded that this work will help the teachers readers to understand the function of the interpreter, reducing misunderstandings, or questions. It is known that interpreting or translating is not a simple transfer of languages, it goes much further, it will be the interpreter who will make the communication between deaf and hearing, so it requires studies, attention and total dedication of this professional, and mainly to be always updating, in respect to the deaf.

Keywords: Educational Interpreter, Deaf, Sign Language, Teaching Practice, Inclusive Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Gráfico 1- Dados da Pergunta 1.....	42
Figura 2	-	Gráfico 2- Dados da Pergunta 2.....	43
Figura 3	-	Tabela 1 – Transcrição das respostas do gráfico 2.....	44
Figura 4	-	Gráfico 3- Dados da Pergunta 3.....	46
Figura 5	-	Gráfico 4- Dados da Pergunta 4.....	47
Figura 6	-	Tabela 2 – Transcrição das respostas do gráfico 4.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. SUJEITOS ENVOLVIDOS NO ATO INTERPRETATIVO.....	13
1.1 Surdos.....	13
1.1.1 Língua Brasileira de Sinais.....	14
1.1.2 Bilinguismo.....	15
1.1.3 Cultura e Comunidade Surda.....	18
1.2 Intérpretes.....	19
1.2.1 Função e Ética dos TILS.....	22
1.2.2 Interpretação e Tradução	24
1.2.3 Formação dos TILS.....	27
1.3 Regentes.....	30
1.3.1 Educação Inclusiva.....	32
2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	37
2.1 Introdução.....	37
2.2 Abordagem da Pesquisa.....	37
2.3 Dados da Pesquisa.....	38
2.4 Método da pesquisa.....	39
3. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS ,.....	53

INTRODUÇÃO

Sabe-se que atualmente as organizações institucionais estão empenhadas em honrar seus compromissos com a sociedade na tentativa de minimizar as diferenças postas na sociedade por muitos anos promovendo a exclusão dos surdos onde a principal barreira colocada está na comunicação.

A educação inclusiva deve permitir que os alunos surdos tenham uma educação com qualidade. Essa prática permite e possibilita a interação de alunos que dela fazem parte surdos e ouvintes. Para isso espera-se que os alunos surdos alcancem seu máximo potencial, em atividades desenvolvidas de acordo com o processo cognitivo de cada um, e para que este trabalho se desenvolva ele precisa do profissional intérprete educacional.

O objetivo deste trabalho visa verificar se professores que trabalham em escolas inclusivas de alunos surdos, realmente conhecem a função do intérprete educacional em sala de aula, sendo este olhar aqui no sentido de questionamentos, o que esses profissionais sabem sobre o intérprete educacional, quais informações eles têm acerca dos intérpretes educacionais e de sua importância para o surdo.

A problemática a ser discutida é como o docente que tem em sala de aula alunos surdos vêem os intérpretes educacionais de libras em sala de aula, questionando quem são esses profissionais, qual sua função, de que forma eles contribuem para a aprendizagem dos sujeitos surdos, que vem diagnosticar o quanto é importante essa acessibilidade para o sujeito surdo na ação pedagógica, ou seja, no ato interpretativo.

O tema pensado nos leva a refletir sobre essa situação constante no Brasil, onde além de professores e intérpretes educacionais despreparados não saberem a real necessidade e função do intérprete educacional por falta de informação, percebe-se um desvio de função onde o intérprete educacional muitas vezes faz nas escolas funções que não são de sua competência.

Assim elucidando dúvidas, visa diminuir barreiras e fazer com que a inclusão dos surdos seja satisfatória na interação entre professor e intérprete educacional dentro do ambiente escolar, garantindo a utilização da Libras, respeitando a experiência linguística do surdo no processo de aprendizagem, contribuindo para a eliminação de desigualdades entre surdos e ouvintes.

Esta pesquisa foi realizada numa escola estadual, denominada aqui escola X, situada na cidade de Joinville-SC, sendo está composta de 600 a 800 alunos, a escola possui 15 salas de aula onde destas 12 estão em funcionamento no período matutino, sendo os alunos distribuídos nas seguintes turmas, nas séries iniciais: 1 turma no 3º ano e 1 turma no 5º ano, nas séries finais: 4 turmas de 1ª série no ensino médio, 3 turmas de 2ª série no ensino médio e 3 turmas de 3ª série no ensino médio.

No período vespertino, das 15 salas de aula 13 salas estão em funcionamento, distribuídos da seguinte forma, 1 turma no 2º ano e 1 turma no 4º ano, 2 turmas no 6º anos, 2 turmas no 7º anos, 3 turmas no 8º anos e 2 turmas no 9º anos, perfazendo um total de 25 turmas.

Na escola X tem três alunos surdos, onde, um estuda no 6º ano com segundo professor bilíngue no período vespertino, um estuda na 1ª série do ensino médio com segundo professor bilíngue no período matutino, e dois alunos estudam na 2ª série com professor interprete educacional no período matutino, sendo esta sala o foco da pesquisadora, por ter interprete na mediação comunicativa, sendo realizada com 12 professores representando cada disciplina da turma.

Alunos surdos matriculados no ensino fundamental, médio e superior, necessitam da presença do intérprete educacional de Libras em sala de aula, realizando a interpretação das explicações dos conteúdos dos professores regentes para seu efetivo desenvolvimento no aprendizado, tendo seu desempenho escolar assegurado igual aos demais alunos. O que pode ser feito para melhorar os olhares e sanar as dúvidas e receios sobre o intérprete educacional de libras no ambiente escolar; este trabalho visa amenizar essas dúvidas levando informações fundamentadas para que esses olhares duvidosos possam entender melhor o trabalho do profissional intérprete educacional. Proporcionando informações e conhecimentos sobre o profissional interprete de Libras.

Sendo assim, esta pesquisa proporcionará um melhor entendimento às pessoas sobre o trabalho do intérprete educacional, levando ao leitor dessa pesquisa, informações, para que essa parceria entre professor e intérprete educacional seja mais cooperativa, pois eles são sujeitos das ações propostas no ambiente educacional. Identificando se professores tem informações acerca da função do intérprete educacional no contexto escolar e elucidando dúvidas sobre a atividade profissional dos intérpretes educacionais no ato interpretativo.

Muitas vezes o professor está lá na sala de aula tranquilo repassando seu conhecimento da área de sua formação quando de repente chega um aluno novo e traz consigo um outro profissional que o acompanhara no ano letivo, só repassando o que é dito, falado, e este profissional começa ao mesmo tempo que o professor falar, a mexer a mão, há olhares desconfiados, há dúvidas no ar, descobre-se que ele é o intérprete educacional de libras, mas o que é libras? Tudo que é falado realmente é repassado? Qual a seu papel? Sua função é ensinar o surdo? Qual o papel do intérprete educacional nesse contexto? E na hora da prova ele dá as respostas para o surdo? Essas são algumas das dúvidas que professores tem em relação ao intérprete educacional, essa falta de informação e alguns equívocos que acontecem na escola são o ponto de partida para que se pensasse numa forma de amenizar essas dúvidas. Estes questionamentos serão respondidos ao longo da pesquisa.

Esta pesquisa possui quatro capítulos. No primeiro capítulo, trataremos abordagens específicas sobre a pesquisa, como apresentação da temática e contextualização; objetivo Geral e específicos; justificativa; e delimitação.

No segundo capítulo, discorre-se sobre os sujeitos envolvidos no ato interpretativo, surdos, Libras, bilinguismo, cultura e comunidade surda; na parte dos intérpretes educacionais, pontua-se sua função, ética, fidelidade, vestimenta e formação; o que seria interpretação e tradução e competências linguísticas que esses profissionais precisam ter; na parte sobre os professores apresenta-se sobre educação, professores e inclusão.

No terceiro capítulo, sobre metodologia da pesquisa, que compreende como este trabalho foi desenvolvido para se obter-se o resultado desejado, contando como foi a abordagem da pesquisa, corpus da pesquisa, métodos utilizados na pesquisa, como foi os procedimentos de transcrição dos dados, procedimento da análise de dados e conclusão do capítulo.

No quarto capítulo sobre a análise dos dados onde cada pergunta ou questão do questionário foi analisada separadamente de acordo com os objetivos propostos, elencando assim o resultado final da pesquisa

Que este trabalho de pesquisa proporcione um entendimento maior sobre questões referentes ao intérprete educacional, amenizando dúvidas, visa que proporcionar um olhar diferenciado na relação professor e intérprete educacional de Libras.

1. SUJEITOS ENVOLVIDOS NO ATO INTERPRETATIVO

1.1 Surdos

Os surdos utilizam uma língua diferente de pessoas ouvintes para se comunicar, e como tudo começou aqui no Brasil, até chegarmos no bilinguismo, necessitando da presença do intérprete educacional.

No Brasil o primeiro espaço destinado à educação de surdos foi cedido pelo Imperador D. Pedro II o qual convidou o professor surdo francês Hernet Huet (conhecido também como Ernest) para ensinar a alguns surdos nobres. Depois de aproximadamente um ano, em 26 de setembro de 1857, foi fundado o Instituto de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje é o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O instituto atendia surdos de várias partes do Brasil, funcionava como um internato, onde somente eram aceitos surdos do sexo masculino. No início, eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilologia e sinais. A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões e a desenvolver a linguagem oral. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Huet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos, aprendiam de tudo um pouco, inclusive eram preparados para o trabalho. Para o público feminino somente em 1931 foi criado o externato com oficinas de costura e bordado. É importante ressaltar que naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns com orientação de Huet, não havia os especialistas.

As Línguas de Sinais são sistemas lingüísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivam das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço visual como modalidade lingüística. (QUADROS, 1997 p. 47).

Assim a comunidade surda veio conquistando seu espaço na sociedade, porque esses alunos após terminarem seus estudos retornavam aos seus estados de origem e divulgavam a Língua Brasileira de Sinais.

1.1.1 Libras – Língua Brasileira de Sinais

Surdo, em contato com outros surdos, passa por um processo de identificação com sua comunidade. Essa comunidade está inserida na grande comunidade de ouvintes que, por sua vez, caracteriza-se por fazer uso de linguagem oral e escrita.

Para o contato de surdos com outros surdos eles usam a libras que é caracterizada por uma língua gesto-visual, baseada no uso das mãos chamada de configuração de mãos, do rosto, da boca onde chamamos de expressão facial, do corpo todo, onde chamamos de expressão corporal. Ela representa o “eu” das pessoas surdas para a experiência visual da surdez, é a língua desenvolvida e utilizada pelas comunidades surdas com a finalidade de comunicar-se.

A língua de sinais é diferente da língua oral e tem sua própria estrutura. Possui vários dialetos, variando de região para região, de uma comunidade para outra. Somente os surdos podem criar sinais (chamados de batizar uma palavra), quando estes não existem para expressar um conceito, foi difundida pela comunidade surda após os ensinamentos de Huet.

A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como a comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Surgiu naturalmente e atualmente é de grande importância para os surdos na sua comunicação no território brasileiro. Teve como base a língua de sinais francesa, e assim como as diversas línguas existentes, ela é composta por níveis linguísticos como, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica e da mesma forma que nas línguas orais, existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais.

A LIBRAS como já apresentada é a sigla para Língua Brasileira de Sinais e além desta, tem outra sigla que também é usada nos meios acadêmicos que é a sigla LSB – Língua de Sinais Brasileira, seguindo os padrões internacionais de denominação das línguas de sinais.

Muitas pessoas acham que a língua de sinais é universal, o que não é verdade, pois cada lugar, aqui no Brasil tem sinais específicos criados por surdos daquela comunidade de acordo com sua cultura, visto que os sinais são uma forma de batismo da palavra.

Hoje no Brasil já está havendo uma regulamentação onde tanto surdos como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais – TILS, querem uma padronização dos sinais, pois isso facilitaria a comunicação de surdos e auxiliaria e muito a vida dos TILS.

A língua brasileira de sinais, é utilizada por surdos, intérpretes e pessoas ouvintes que fazem uso dela para se comunicar com os surdos e não são necessariamente intérpretes, como família, amigos ou colegas de trabalho.

A língua da comunidade ouvinte é considerada a segunda língua do surdo (ou a “língua estrangeira”), visto que esta é uma língua oral-auditiva e, portanto, só pode ser aprendida por essas pessoas de modo não-natural, ou seja, através de um esforço sistemático, formal e regular. Sendo a escola a entidade responsável pelo ensino sistematizado e formal dos conhecimentos historicamente acumulados, ela deve promover o processo ensino aprendizagem do seu alunado surdo prioritariamente na língua natural deste grupo, na língua em que pode ter maior competência. Para o ensino da língua da comunidade majoritária deve utilizar uma metodologia de ensino de segunda língua.(SÁ 1999, p. 178).

A primeira língua que uma criança surda ou ouvinte aprende, é própria de seu povo, sua comunidade, diz respeito as suas origens.

Na libras para os surdos usa-se a designação de L1 para libras e L2 para o português, e no português para os ouvintes usa-se a designação de L1 para português e L2 para libras. Nos casos em que a criança, jovem ou adulto aprende duas línguas diferentes, configura-se então que ela é bilíngue, mas nem todos os surdos ou ouvintes usuários da libras e do português são bilíngues.

1.1.2 Bilinguismo

Falar duas línguas requer conhecimento, estudo de ambas as línguas, fazendo cursos e se especializar em libras, como a Proficiência em libras que é uma prova de conhecimentos em libras onde o MEC apta ou não a pessoa proficiente para trabalhar com surdos, é uma certificação que garante que você é proficiente em libras, mas você precisa estudar, ter formação em Letras Libras onde aprenderá mais profundamente a língua de sinais, sua gramática, tipos de tradução, competências tradutórias e interpretativas.

A língua de sinais no desenvolvimento intelectual e social do surdo é de suma importância, pois permite a ele a aquisição de conhecimentos sobre o mundo a sua volta, além de sua identificação com o mundo surdo, numa organização neural semelhante à língua oral, ou seja, organizada no cérebro da mesma maneira que as línguas faladas.

... habilidade aos sujeitos de se comunicar em duas línguas, sendo que uma língua pode predominar sobre a outra... habilidades para percepções mentais, cognitivas e visuais e capacidade para analisar os conceitos de modo subjetivo e objetivo as informações recebidas. (CAMPELO, 2009, p. 33).

Provido de duas línguas; que domina duas línguas; que se escreve em duas línguas; que fala dubiamente. Utilização de duas línguas como se ambas fossem a sua própria, empregando uma ou outra segundo a ocasião.

Bilinguismo é o termo que define a habilidade de um indivíduo de se comunicar em duas línguas, sendo que uma língua pode predominar em relação à outra.

Os linguistas usam o termo "bilinguismo equilibrado" para designar a fluência completa (entender, falar, escrever e ler) em duas línguas, dois sistemas de códigos. Por exemplo, quando uma criança surda aprende a falar a língua de seus pais e depois adquire a comunicação pelos sinais e gestos, ela é bilíngue, porque tem dois sistemas de comunicação.

Esse BILINGUISMO EQUILIBRADO que é observado quando os falantes apresentam níveis aproximados de competência nas duas línguas sem que se equipare ao domínio linguístico de um nativo, é mais reconhecido do que o conceito de BILINGUISMO DOMINANTE, quando o falante apresenta um domínio superior no nível de conhecimento de uma língua sobre a outra... BILINGUISMO PRECOCE: ocorre quando uma pessoa se torna bilíngue durante a infância, o que lhe garantiria maior grau de competência no domínio e conhecimento da língua; BILINGUISMO TARDIO: ocorre quando uma pessoa adquire uma segunda língua na idade adulta. Quanto a ordem em que ocorre a aquisição das línguas, o bilinguismo se distingue em: BILINGUISMO SIMULTÂNEO – quando suas línguas são adquiridas ao mesmo tempo durante a primeira infância; BILINGUISMO SUCESSIVO – quando uma língua é adquirida na infância e a outra em um período posterior.

<http://helenavetorazo.blogspot.com.br/2012/03/o-conceito-de-bilinguismo-e-as-suas.html> Acesso em 22/05/2018

Segundo Bergamaschi (1999) “O bilinguismo ajuda na aproximação de dois grupos: os que falam e os que usam a língua de sinais (ouvintes e surdos)”.

As crianças surdas são diferentes das crianças ouvintes e demonstram isto no seu desenvolvimento. A criança pode ser precocemente estimulada para começar a se comunicar através da língua dos sinais, mas, ao mesmo tempo, pode e deve começar a treinar a sua linguagem escrita. É preciso estudar, observar, compreender cada criança para escolher qual será o primeiro código, qual o segundo, e em que momento de sua vida.

Segundo Perlin e Strobel (2008), o bilinguismo pode ter diferentes visões, de acordo com elas existe quatro: bilinguismo tradicional, aqui impera o ouvintismo e a identidade incompleta dos surdos; bilinguismo humanista liberal, leva em conta uma igualdade natural entre surdos e ouvintes, mas demonstra limitação social aos surdos; bilinguismo progressista diferencia a cultura, mas ignora a história e a cultura; bilinguismo crítico, ou seja, utilização da língua de sinais como produção cultural linguística, no aspecto positivo ou ensino tradicional com mediação oral, no aspecto negativo.

Para Sá:

A abordagem educacional com Bilingüismo para surdos refere-se à questão que estabelece que o ensino à criança surda deve ser feito em duas línguas: na Língua de Sinais, considerada como primeira língua (L1), e na língua da comunidade majoritária como segunda língua (L2), baseando-se no entendimento de que a utilização de um bilingüismo aumenta as capacidades cognitivas e lingüísticas do surdo, possibilitando melhores resultados educacionais que os conseguidos sob a priorização da língua na modalidade oral (SÁ, 1999 p. 37).

Bilinguismo para surdos atravessa a fronteira linguística e inclui o desenvolvimento da pessoa surda dentro da escola e na sociedade. A educação de surdos deve ser pensada em termos educacionais e não mais em termos de línguas. Dentro desse contexto, o professor da sala representa o falante usuário do português, o surdo representa o falante usuário da língua de sinais, e o intérprete representa o falante bilíngue que fará a ponte, ou seja, a mediação das línguas envolvidas no ato interpretativo.

Em síntese, a integração plena do surdo na escola passa, necessariamente, pela garantia de convívio em um espaço, onde não haja repressão de sua condição de surdo, onde possa expressar-se da maneira que mais lhe satisfaça, mantendo situações prazerosas de comunicação e de aprendizagem.

Falar duas línguas requer um estudo aprofundado de ambas, o profissional intérprete que trabalhará numa sala onde tenham alunos surdos precisa fazer cursos e se especializar em LIBRAS, e também ter curso superior em libras, ou Proficiência em libras que é uma prova de conhecimentos em libras para que o MEC possa liberar se a pessoa é apta ou não para trabalhar com crianças surdas.

1.1.3 Cultura e Comunidade Surda

Quando realizada a pesquisa sobre cultura surda e depois de lida várias referências de arquivo pessoal, o livro “As imagens do outro sobre a cultura surda” da escritora Karin Strobel, chama a atenção quando ela começa o segundo capítulo com a pergunta: Os surdos têm cultura? Sim, várias vezes sim, como nós ouvintes, indígenas, e até os haitianos que encontramos hoje no Brasil, que junto trouxeram sua cultura.

Mas vamos começar do começo, o que seria cultura e o que seria comunidade.

A palavra “cultura” e a palavra “comunidade” possuem em dicionários vários significados, mas vamos nos deter a esses termos relacionando ao contexto de pessoas surdas, ela representa identidade porque se pode afirmar que estas possuem uma cultura uma vez que tem uma forma peculiar de apreender o mundo que os identificam como tal.

A linguística surda Carol Padden estabeleceu uma diferença entre cultura e comunidade.

Para ela:

...uma cultura é um conjunto de comportamentos aprendidos de um grupo de pessoas que possui sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições... ...uma comunidade é um sistema social geral, no qual pessoas vivem juntas, compartilham metas comuns e partilham certas responsabilidades umas com as outras. (PADDEN, 1989, p.5).

Na cultura da comunidade surda seus pares compartilham experiências visuais, crenças, língua de sinais, literatura surda, falam de política, religião, ou seja, o modo como os sujeitos surdos veem o mundo.

Mas ser uma pessoa surda não equivale a dizer que esta faça parte de uma cultura e de uma comunidade surda, pois muitos vivenciam a cultura de pais ouvintes, e não aprendem a libras ou a aprendem tardiamente, ou não conhecem associações de surdos, enfim, a superproteção da família os impedem de viver o mundo surdo.

Destaca-se que numa comunidade surda podem fazer parte surdos e ouvintes, como intérpretes, CODAS, pessoas que fazem parte do universo dos surdos usuários da libras.

Segundo Padden:

...uma Comunidade Surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar estas metas...a Cultura Surda é mais fechada do que a Comunidade Surda. Membros de uma Cultura Surda se comportam como as pessoas Surdas, usam a língua das pessoas de sua comunidade e compartilham das crenças das pessoas Surdas entre si e com outras pessoas que não são surdas. (PADDEN, 1989, p. 5).

Portanto, nessa comunidade pode ter surdo e ouvintes que não são culturalmente surdos. As pessoas surdas lutam politicamente por anos para terem seus direitos de cidadania e linguísticas respeitados, onde a designação da palavra “deficiente”, que não foi escolhida por eles não é aceita como termo para os definirem, em relação às outras pessoas.

1.2 Intérprete Educacional

Na época do Brasil colônia, o repasse da língua dava-se através do escambo, ou seja, troca de mercadorias ou serviços sem fazer uso de moeda, onde os intérpretes de línguas orais tinham a função de traduzir a fala dos falantes da língua indígena para as autoridades portuguesas.

Em meados do século XVI surgiram no Brasil as feitorias, onde se armazenavam os bens da colônia para posterior envio à metrópole. O acúmulo desses bens, em sua maioria, dava-se pelo escambo, o que em certa medida era possível graças à ação das línguas, que exerciam a função de intérpretes falantes das línguas indígenas. As línguas do Brasil quinhentista aprendiam o idioma dos índios de maneira forçada, posto que sua maioria era composta por degredados ou náufragos, ou seja, criminosos portugueses que eram lançados no meio dos índios a fim de aprender sua língua e depois servir de intérpretes às autoridades portuguesas da colônia (MARIANI, 2007. p. 83).

Naquela época intérpretes faziam o repasse de uma língua para outra, e esses intérpretes de línguas orais bem como os intérpretes de língua de sinais na década de oitenta não tinham o status profissional que hoje possuem.

Sendo na década de oitenta que surgiram os primeiros trabalhos de interpretação em Língua de Sinais desenvolvidos em instituições religiosas e nas relações familiares e de amizades com surdos, muitos faziam trabalhos voluntários, como conquistaram seus espaços como tudo começou, sob essa perspectiva, Masutti (2007) ressalta: “exemplifica como os circuitos de Língua de Sinais das Testemunhas de Jeová e o seu projeto de exportação cultural e linguística dos EUA como articuladores, dentro daquela organização, de um arcabouço

tradutório desenvolvido no contato com a comunidade surda contribui para a formação de intérpretes de Língua de Sinais”

E muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de língua de sinais no país.

“Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país”. (QUADROS, 2008, p.153).

A questão da religião e da família em querer que seus pares estivessem acesso à religiosidade foi um dos primeiros passos para a atuação do intérprete de libras, e ainda hoje muitos começam em instituições religiosas e depois tornam-se intérpretes, esses intermediadores não tem conhecimento de processos interpretativos, pois atuam para fins religiosos, ou seja, passar os ensinamentos bíblicos aos surdos.

Rodriguez (2001) “afirma que [...], para evitar o isolamento dos surdos..., instituições com fins religiosos, educativos, sociais e de ajuda em geral ofereciam diferentes serviços para a comunidade surda. As pessoas que tinham contato com algum parente surdo assumiram o papel de ‘ponte’ entre a comunidade surda e os ouvintes”.

Situação semelhante, no espaço familiar, aconteceu com os filhos ouvintes de pais surdos. Pela aquisição e fluência com que os filhos, em convivência com seus pais, tinham da língua, desenvolviam a atividade de interpretar, intermediando surdos e ouvintes. Esse fato nos é apresentado pelos CODAS, filhos de pais ouvintes, que ainda fazem interpretações para seus pais surdos, não são considerados intérpretes pois não estudaram para tal função.

Assis e Silva (2010), destacam que no início da década de 80 alguns pesquisadores e autores cristãos publicaram materiais didáticos referentes a libras e exerceram a função de intérprete de libras, iniciando assim, a educação de surdos na região sul.

Ainda destacam Assis e Silva (2010 p.162):

[...] intérpretes professores de LIBRAS e intelectuais estão se colocando em termos profissionais, a trajetória religiosa passa a ser um dado que não precisa ser considerado, sendo, muitas vezes, até mesmo ocultado.

Segundo Quadros e Stumpf (2009), o reconhecimento da profissão de intérprete de LIBRAS no Brasil ganha espaço quando os surdos são vistos como cidadãos, com base nos estudos das autoras esses aspectos da inserção dos surdos na sociedade como um todo, faz com que o profissional intérprete deixassem de ter status de voluntário para vir a ser profissional, esses fatores que elencaram a participação dos sujeitos surdos na sociedade são: a inclusão de surdos em espaços educacionais, o reconhecimento da libras através da lei 10.436, implantação de cursos de formação de intérprete de libras como o Letras-Libras.

Os intérpretes educacionais são profissionais que trabalham em instituições escolares desde o ensino fundamental, médio e superior, Pires e Nobre (2004) destacam que na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos há um departamento específico, denominado Departamento nacional de Intérpretes da FENEIS – DNIF-, responsável pelas questões referentes aos intérpretes de Libras educacional.

O intérprete educacional é o profissional que fará o repasse da língua alvo-português para a língua fonte-libras, ou da língua fonte-libras para a língua alvo-português, deve ter fluência em libras e formação na área, será ele que transmitirá a fala dos professores aos surdos e colegas ouvintes, ou a libras dos surdos para os colegas ouvintes e professores.

No entanto, alunos surdos e ouvintes estão na mesma sala de aula, na mesma escola. Vivendo em circunstâncias tão diversas! São crianças, são alunos, tem direito aos estudos, ao conhecimento, à inserção cultural, ser respeitadas as diferenças linguísticas e consequentemente forem aprimorados procedimentos didáticos adequados. a escola seriamente comprometida com o aprendizado dos alunos surdos vê e assume o domínio da língua brasileira de sinais para todos que nela estão, todos ganham em conhecimento; todos ganham em partilha de vida: ouvintes e surdos. (LACERDA; LODI 2009, p. 119).

O intérprete educacional de Libras deve ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como mediador entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias

mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares.

Segundo Lacerda e Lodi (2009): a língua é o meio que utilizamos para nos comunicar, dialogar, compartilhar cultura, onde exprimimos nossas ideias e opiniões, acessamos informações, nos representando enquanto sujeito, contribuições que a aquisição da língua proporciona.

O intérprete educacional, além de saber as línguas envolvidas e ser o meio linguístico entre surdos e ouvintes no ato interpretativo, precisar ter funções específicas na área educacional.

Segundo LACERDA (2009), o ato de interpretar não é apenas um trabalho linguístico, precisando o intérprete, considerar o contexto social e cultural onde o discurso está sendo exposto, conhecer os diferentes usos da linguagem no contexto interpretativo, pois interpretar envolve conhecimento de mundo compreendendo assim o que foi dito e como repassá-lo na língua alvo, saber os sentidos múltiplos expressos nos enunciados dos discursos.

1.2.1 Função e Ética dos TILS

Os intérpretes educacionais de libras são profissionais que estão dentro do contexto escolar inclusivo do surdo, sendo assim, além interpretar de uma língua para a outra os conteúdos escolares; deve também interpretar eventos que aconteçam dentro e fora da escola desde que seja em seu horário de trabalho; estudar e estar sempre se atualizando; trocar informações com o professor, relativas às dúvidas do aluno, possibilitando ao professor regente a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem; estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente, para facilitar a tradução das aulas; o intérprete deverá cumprir a carga horária, na escola como qualquer outro profissional contratado naquela instituição.

Sendo atribuições do intérprete educacional de acordo com o artigo 6º da lei 12.319 de 01/09/2010:

Art. 6 o São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências: I-efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II -interpretar, em Língua Brasileira de Sinais-Língua Portuguesa, as atividades

didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III-atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV-atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e. V-prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, Lei nº 12.319 de 01/09/10).

Os intérpretes não podem alterar informações, ou tirar informações que são repassadas pelo locutor sendo o intérprete o interlocutor do discurso, ou seja, uma pessoa que fala em nome de outra, no caso o surdo, eles participam do processo de comunicação, ou dar opiniões particulares, deve ser o mais fiel possível na hora de repassar de uma língua para outra.

Quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade. (PERLIN, 2006, p.137).

Albres (2006), considera que ao além de dominar a língua de sinais o intérprete deve ter formação na mesma área que fará a interpretação, possibilitando condições no entendimento do texto que está sendo interpretado, fazendo assim, as escolhas linguísticas e estratégias para interpretação.

“Há necessidade de se conhecer bem a temática ser interpretada, ter fluência na Libras e criatividade para fazer uso dos recursos espaciais da língua no momento da construção de explicações da área” (ALBRES, 2006, p. 11).

Para Martins (2009), as condições de trabalho do intérprete de Libras e língua portuguesa tem uma finalidade educacional. O intérprete educacional deve mediar o processo ensino/aprendizagem e as condições de trabalho não podem ser consideradas apenas uma tradução ou interpretação desvinculada dos processos educacionais. No entanto, o intérprete é uma pessoa essencial dentro do processo educativo à aprendizagem o qual facilita a compreensão entre duas línguas distintas.

Para Pereira (2003), as práticas dos intérpretes educacionais estão na situação concreta das relações de trabalho e nos aspectos que envolvem a aprendizagem linguística dos alunos surdos. Onde pesquisas já mostraram que crianças surdas têm chegado à escola com atraso na aquisição da linguagem, visto que seus pais em sua maioria são ouvintes.

1.2.2 Interpretação e Tradução

O profissional que trabalha com a palavra falada, e ouve discurso na língua oral e repassa em outra língua oral é o intérprete, proporcionando a comunicação ao mesmo tempo entre pessoas que não falam a mesma língua. O profissional que trabalha com a palavra escrita, e a transcreve para outra língua é o tradutor, e esse transcrito pode permanecer registrado por muito tempo.

O foco do trabalho do intérprete é a comunicação, onde a interpretação pode ser simultânea ou consecutiva.

Tradução-interpretação simultânea - É o processo de tradução- interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte), processá-la e passar para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação. Tradução-interpretação consecutiva - É o processo de tradução- interpretação de uma língua para outra que acontece de forma consecutiva, ou seja, o tradutor-intérprete ouve/vê o enunciado em uma língua (língua fonte), processa a informação e, posteriormente, faz a passagem para a outra língua (língua alvo). (QUADROS, 2004, p.11).

O intérprete precisa ter conhecimento cultural das línguas que interpreta, além de raciocínio lógico, conhecimento na área, para substituir uma palavra por outra correspondente, sem alterar o sentido da comunicação.

Já o tradutor trabalha com a palavra escrita, realiza a tradução de documentos, livros, ofícios, registros médicos, sites, legendas para cinema e TV, e toda forma de palavra escrita que necessite de tradução. O trabalho de tradução é cercado de responsabilidades, uma vez que os documentos traduzidos muitas vezes são usados para nortear decisões, desde decisões empresariais, até decisões médicas e judiciais. Além disso, os documentos que passam pelos tradutores vão perdurar por muito tempo, ficando ao dispor da humanidade por incontáveis anos.

De acordo com Tuxi (2009), a interpretação subdivide-se em consecutiva e simultânea, na interpretação simultânea o intérprete acompanha o enunciado sinalizando ainda

com a mensagem fonte em andamento, já na consecutiva o intérprete fecha a sentença depois de ter ouvido todo o enunciado.

A diferença entre interpretar e traduzir se dá diante da forma como a língua será utilizada, pois na interpretação interpreta-se de uma língua oral para outra língua oral e ao traduzir utilizará pelo menos um texto escrito.

Pode-se dizer que a tradução é o termo geral que se refere a transformar um texto a partir uma língua fonte, por meio de vocalização, escrita ou sinalização, em outra língua meta. A diferenciação é feita, em um nível posterior de especialização, quando se considera a modalidade da língua para qual está sendo transformado o texto. Se a língua meta estiver na modalidade escrita trata-se de uma tradução; se estiver na modalidade vocal (também chamada de oral) ou sinalizada (presenciais ou de interação imediata), o termo utilizado é interpretação. (PEREIRA, 2008 p. 136).

Ainda segundo Pereira (2008), sobre interpretação e tradução como mostra o quadro:



Figura 1 - Diferenciação entre Tradução e Interpretação

Fonte: PEREIRA, 2008 p. 137).

Por isso, faz-se necessário que os TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais conheçam e dominem a Libras e o português no caso do Brasil.

Portanto esse profissional é de suma importância para a comunicação efetiva do surdo na comunidade ouvinte, pois faz a mediação linguística entre a língua oral e a língua de sinais.

Agora que sabemos que interpretação e tradução são coisas distintas, mas que caminham juntas, pois ambas são utilizadas no contexto educacional, onde o profissional que lá trabalha com surdos tanto interpreta como traduz em certos momentos, passaremos a usar

designação de TILS, que significa Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, esse profissional faz interpretação e tradução na maioria das vezes em conjunto, dessa forma, percebe-se que o papel do TILS numa sociedade composta por surdos e ouvintes é de suma importância para diminuir as barreiras linguísticas no uso da Libras e do português.

Segundo Quadros (2004), os intérpretes devem ter algumas competências para sua atuação, como:

(1) competência lingüística - habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação (habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidade em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo), os intérpretes precisam ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação (ter habilidade para distinguir as idéias principais das idéias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso). (2) competência para transferência - não é qualquer um que conhece duas línguas que tem capacidade para transferir a linguagem de uma língua para a outra; essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo (sem distorções, adições ou omissões), habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte e habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo de forma apropriada do ponto de vista do estilo. (3) competência metodológica - habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro. (4) competência na área - conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada. (5) competência bicultural - profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo). (6) competência técnica - habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário. (QUADROS, 2004 p. 73/74).

Ainda para Quadros (2004), a interpretação envolve o ato cognitivo e linguístico, pois o intérprete trabalhará com línguas diferentes, ao interpretar ele estará envolvido numa comunicação social e cultural e nessa interação influencia as línguas envolvidas no ato interpretativo. Fazendo escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas, fazendo com que a língua alvo deva se aproximar da língua fonte nas informações repassadas, sendo assim interpretar abrange processos complexos.

1.2.3 Formação dos TILS

Como vimos o intérprete é o profissional que trabalhar com o surdo, sendo ele responsável pelo repasse de informações, ou seja, das explicações dadas pelo professor das disciplinas específicas feitas na língua oral o português para o repasse para o aluno surdo na língua de sinais.

Por isso, este profissional que trabalhará com duas línguas específicas precisa ter conhecimento linguístico e cultural das línguas envolvidas no ato interpretativo e também ter formação na área que atuará, ou seja, no contexto educacional.

Muitas vezes por questões salariais alguns intérpretes pegam um trabalho que não são de sua área, interferindo até na aprendizagem do surdo, visto que faltará informações dadas da língua fonte para a língua alvo e o trabalho não ficará completo.

De acordo com Santos (2007), ao aceitar trabalhar em uma determinada área que não é de sua competência o intérprete não valoriza sua função como mediador linguístico do surdo. Segundo a autora "o papel desempenhado pelo intérprete de língua de sinais é fundamental para que o processo educativo aconteça nos espaços em que o professor não dispõe de influência plena em língua de sinais. (SANTOS, 2007).

Ainda de acordo com Santos (2007), os intérpretes de língua de sinais têm sua formação distinta dos demais intérpretes de línguas orais, isso porque os intérpretes de língua de sinais constroem-se cultural e linguisticamente e meio as produções de surdos e ouvintes.

Outro aspecto que auxiliou muito os surdos e os intérpretes foi o decreto 5.626, que desde sua aprovação em 2005, faz se necessária a formação dos TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, que regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, permitindo o

efetivo exercício, tanto na Língua de Sinais quanto na Língua Portuguesa no que diz no capítulo III, Art. 4º e Art. 5º:

Art. 4º_A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**. Art. 5º_A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe. (BRASIL, Lei nº 10.436, de 24/04/2002).

Ainda assim, isso não garantiria a formação dos TILS, para que o estado dentro da legalidade garantisse a esse profissional remuneração, já que no passado, este trabalho era feito de forma voluntária como já comentado.

Além deste decreto temos a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 que cita em seu Art. 4º:

Art. 4º o A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, Lei nº 12.319 de 01/09/10).

E também através de exame de proficiência em libras, onde será composta por banca examinadora, composta por professores surdos, linguistas e também tradutores e interpretes de libras, para averiguar o grau de conhecimento no ato tradutório e interpretativo, em nível fundamental, médio e superior.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizada por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior. (BRASIL, Lei nº 12.319 de 01/09/10).

Em expansão, no século XXI podemos ver a profissão do tradutor e intérprete profissional ganhando força e, hoje em dia, com vários cursos universitários nessas áreas, é uma possibilidade de carreira para o jovem com conhecimento de línguas.

Rosa (2005), destaca que:

[...] são praticamente inexistentes os locais com formação para interpretação. Destaca que: “nem todos os intérpretes que atuam nas instituições de ensino realizaram esses cursos; na sua grande maioria, a fluência da língua de sinais está nas mãos daqueles profissionais que possuem constante contato com a comunidade surda fora dos espaços institucionais, ou seja, nas associações, shoppings e em eventos diversos” (ROSA, 2005, p. 134).

Ainda sobre formação Stumpf destaca que:

Os surdos sentem-se assegurados pelos intérpretes, pois estes pelo poder da comunicação da língua de sinais corporificam a possibilidade de participação. O intérprete ou tradutor de qualquer língua tem grande poder em suas mãos. Ele é responsável pela qualidade da comunicação. Os surdos precisam que esses profissionais sejam bem qualificados (STUMPF, 2005, p. 26).

Pereira (2008), destaca que a boa qualificação do intérprete, não deve estar somente focada no conhecimento da língua, mas às competências específicas, como fluência e proficiência linguística. Partindo da análise de intérpretes de línguas orais ela verificou que essas competências em muito se aproximam das habilidades exigidas aos intérpretes de línguas de sinais, respeitadas as diferenças de modalidade linguística.

1.3 Regentes

O ato de ensinar aconteceu muito antes do surgimento da profissão de professor e das primeiras escolas educadoras da história, surgiu muito antes que a escrita fosse desenvolvida, seja pela imitação ou pelo relato oral o ser humano conseguiu produzir e difundir maneiras de se relacionar com o mundo.

Segundo Brandão (2007), [...] os gregos ensinaram o que hoje esquecemos. A educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver que educa.

Para Luzuriaga (1984), no feudalismo o jovem nobre se reuniam aos Príncipes numa escola de pajens. No período medieval, o mundo do conhecimento passou a ter um nítido controle das instituições religiosas cristãs.

Nos Marcos históricos, no Brasil a educação escolar sempre foi voltada a alta sociedade e a exclusão, nos anos do período colonial, as instituições escolares foram fundadas por religiosos ligados a Companhia de Jesus, ou seja, própria dos padres jesuítas.

Segundo Romanelli (2002), a educação de classe foi ensinada pelos Jesuítas, transformada em educação de classe, com características que diferenciavam a aristocracia rural brasileira, atravessando todo o período desde a colônia até o império, não sofrendo mudanças estruturais, nem quando a necessidade social de educação aumentou, necessitando assim a oferta escolar a classes mais baixas da população.

A instituição Companhia de Jesus o ensino tinha duração de seis anos era ensinada gramática portuguesa, humanidades, retórica, latim e grego. E que posteriormente a esse ensino passou-se a ensinar matemática física filosofia latim e grego com duração de 3 anos.

De acordo com Romanelli (2002), no século XVIII, a insatisfação em relação aos padres Jesuítas, aconteceu com a queda da produção mineral, na divergência entre religiosos e colonos, relacionados a questões obcecadas dos indígenas, fato este que resultou na expulsão dos Jesuítas portugueses pelo Marquês de Pombal.

Romanelli (2002), com a vinda da família real e da corte portuguesa para o Brasil em meados do século XIX, as instituições de ensino brasileiro passam por mudanças onde são criados cursos de nível superior. Em 1834, são criadas o ensino primário e secundário.

O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestresescolas, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar. O fato de a maioria dos colégios secundários estarem em mãos de particulares acentuou ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que apenas as famílias de altas posses podiam pagar a educação de seus filhos. (ROMANELLI, 2002, 40).

Ainda no século XIX, não havia quadro-negro, o ensino era feito através do método monitorial, onde os professores ensinavam os conteúdos aos alunos, com facilidades de obtê-los e estes alunos monitores repassavam o que aprendiam aos que tinham mais dificuldades.

No Brasil a oficialização da Educação acontece através do Decreto Imperial de Dom Pedro primeiro em 15 de outubro de 1827 que determinava que cidades e vilarejos e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras, por isso, por causa dessa data o dia do professor é comemorado, sendo esta só oficializada mais tarde, mas o acesso à educação é restrito, apenas famílias ricas tinham condições de contratar professores, estes professores, hora vendiam conhecimento, hora atuavam em escolas privadas.

A primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, que determinava: “Haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mú- tuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827.” A escola seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor, e contemplaria o seguinte currículo: ler e escrever pelo método lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã. Os pré-requisitos para ingresso limitavam-se a: “ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever” (apud Moacyr, 1939b, p. 191). Devido à consagração do método do ensino mútuo na Lei de 1827 e à sua conseqüente divulgação, as primeiras escolas normais brasileiras reduziam o preparo didático e profissional do mestre à compreensão do referido método. (BASTOS, 1998)

De maneira geral, pode-se dizer, que no Brasil, foi Anísio Teixeira, na década de 50, que se inicia as primeiras tentativas efetivas de implantação de um sistema público de escolas com a finalidade de promover uma jornada escolar em tempo integral, consubstanciada em uma formação completa. (COELHO, 2009. p. 90).

A constituição brasileira de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, onde ao longo da história vai se organizando e reorganizando de acordo com as lutas por uma educação de qualidade.

Perrenoud (2005), nas últimas décadas, as reformas educativas vêm ganhando espaço no Brasil, tendo como base a profissionalização da atividade docente, sendo a educação responsável por socializar, ou seja, possibilitar pessoas no convívio social e cultural, essa preocupação com a profissionalização e no desenvolver de competências está na compreensão de que os “saberes não bastam”.

Os ajustes nos processos de formação profissional de professores insere-se num movimento mundial que visa, uma nova forma de compreensão e atuação em educação (PERRENOUD, 1993; NÓVOA, 1995). A indagação principal é o fato de além da melhora nas práticas formativas, mas de refazê-las de forma diferente.

De acordo com Zabala (1998):

“a determinação das finalidades ou objetivos da educação, sejam explícitos ou não, é o ponto de partida de qualquer análise da prática [educativa]. É impossível avaliar o que acontece na sala de aula se não conhecemos o sentido último do que ali se faz” (ZABALA, 1998 p. 29).

Em 1993 foi criada uma comissão internacional sobre educação para o século XXI, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, com a finalidade de identificar direções no âmbito da educação para as próximas décadas.

O relatório final, conhecido como Relatório Jacques Delors, esse relatório instituiu os quatro pilares da educação sendo eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, e também definiu a base para a formação profissional dos Professores.(UNESCO, 1999, p. 155-156).

1.3.1 Educação Inclusiva

Segundo Santos (2007), escola é um lugar onde você presencia muitas tensões e desafios, sendo ela um lugar de construção de conhecimento e alternativas como garantia de aprendizagem para todos os alunos.

O professor no contexto da diversidade necessita trabalhar com encontro de saberes, fazeres, reflexões, recursos, metodologias e estratégias de ensino.

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26).

A Declaração de Salamanca de 1994, marca o início de um processo para uma educação inclusiva, onde a inclusão é um processo educacional, onde alunos com deficiência devem ser incluídos e educados de acordo com sua idade adequada no ensino regular. Sendo assim, todos da escola devem acolher essas diferenças acreditando numa renovação do ensino, pois a nova política educacional se constrói de acordo com o princípio da igualdade de todos perante a lei abrangendo pessoas de todas as classes sociais.

Deste modo, a educação inclusiva “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2007, p. 2).

Com a democratização da escola surge a contradição inclusão / exclusão. Inicia-se, então, o acesso das pessoas com deficiência às escolas, mas, num processo de integrar e não de incluir. Toda essa modificação, ainda que lenta e pouco significativa, fomenta futuras e importantes mudanças no cenário para tentativas de uma educação inclusiva (BRASIL, 2007).

A escola das diferenças é a escola na perspectiva inclusiva, e sua pedagogia tem como mote questionar, colocar em dúvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então, têm mantido a exclusão por instituírem uma organização dos processos de ensino e de aprendizagem incontestáveis, impostos e firmados sobre a possibilidade de exclusão dos diferentes, à medida que estes são direcionados para ambientes educacionais à parte. A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (ROPOLI, 2010, p. 09).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), destaca em seu artigo 1, seu propósito:

“O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais

por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (p.26).

No artigo 2, suas definições:

““Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis; “Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não falada; “Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável; “Adaptação razoável” significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; “Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.”(26-27).

No artigo 3, em seus princípios gerais:

“a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) A não discriminação; c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.”

Para atender a todos com qualidade, a escola tem que mudar, encontrando maneiras de resolução de seus problemas, mudanças essas postas no seu Projeto Político Pedagógico – PPP, como parte de uma gestão escolar democrática. Mudanças estas, aceitas e assumidas pela comunidade escolar, bem como a organização do Atendimento Educacional Especializado - AEE, se este atendimento estiver disponível na escola.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...] Práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. NÓVOA (1995, p. 25).

A educação inclusiva possibilita reflexões dos professores sobre sua prática docente. Elencando assim, que o professor deve estar preparado para trabalhar com a diversidade dos alunos, no cotidiano da escola, essas reflexões que parte de dentro para fora devem oferecer ao aluno não só sua inclusão física, precisa proporcionar a esse educando condições adequadas as suas necessidades, e aceitá-lo em toda sua totalidade.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Introdução

A metodologia da pesquisa compreende como o pesquisador desenvolverá e executar a pesquisa, a clareza de como será desenvolvida a pesquisa para obter resultados que sejam satisfatórios.

Para Fonseca (2002), *'methodos'* significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

2.2 Abordagem da Pesquisa

Numa abordagem qualitativa e quantitativa, pois a partir de gráficos quantitativos, as perguntas serão analisadas de acordo com a quantidade respondida, para posterior descrição dessas respostas, sendo ambas contribuinte para a pesquisa.

Segundo Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa se preocupa em compreender o grupo estudado, onde o pesquisador não pode fazer nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Para Deslauriers (1991):

...pesquisadores que usam o método qualitativo explicam o por quê das coisas, sendo assim, na pesquisa qualitativa o pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua pesquisa, tendo ele conhecimento parcial e limitado, produzindo informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Segundo Gerhardt & Silveira (2009):

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos;

busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009. p. 32).

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno GERHARDT & SILVEIRA, 2009.p. 33.

2.3 Dados da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada numa escola estadual, denominada aqui escola X, situada na cidade de Joinville-SC, sendo está composta de 600 a 800 alunos, a escola possui 15 salas de aula onde destas 12 estão em funcionamento no período matutino, sendo os alunos distribuídos nas seguintes turmas, nas séries iniciais: 1 turma no 3º ano e 1 turma no 5º ano, nas séries finais: 4 turmas de 1ª série no ensino médio, 3 turmas de 2ª série no ensino médio e 3 turmas de 3ª série no ensino médio.

No período vespertino, das 15 salas de aula 13 salas estão em funcionamento, distribuídos da seguinte forma, 1 turma no 2º ano e 1 turma no 4º ano, 2 turmas no 6º anos, 2 turmas no 7º anos, 3 turmas no 8º anos e 2 turmas no 9º anos, perfazendo um total de 25 turmas.

Na escola X tem três alunos surdos, onde, um estuda no 6º ano com segundo professor bilíngue no período vespertino, um estuda na 1ª série do ensino médio com segundo professor bilíngue no período matutino, e dois alunos estudam na 2ª série com professor interprete educacional no período matutino, sendo esta sala o foco da pesquisadora, por ter interprete na mediação comunicativa, sendo realizada com 12 professores representando cada disciplina da turma.

Para a coleta dos dados, usou-se questionário misto com perguntas fechadas, abertas dicotômica e de múltiplas escolhas. Contendo quatro pergunta, sendo a pergunta de nº 1 fechada com uma opção de escolha dentre as três opção proposta; a pergunta de nº 2 aberta dicotômica porque oferece duas opções sim/não e ainda o respondente tinha que escrever o por que de sua escolha; na pergunta de nº 3 de múltiplas escolhas deu-se quatro opção para o

respondente escolher quantas quisesse e por fim a pergunta de nº 4 também foi dicotômica porque oferecia duas opções sim/não e ainda o respondente tinha que escrever o por que de sua escolha.

Segundo Gil (2008), Questionário são grupos de questões, ou seja, perguntas fazem parte do questionário que é uma técnica de pesquisa onde são dirigidas a pessoas que ao respondê-las dão ao pesquisador informações de todo tipo como: crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento do presente ou do passado. Ao elaborar um questionário queremos respostas para os objetivos da pesquisa sendo estas respostas que darão dados, onde o pesquisador fará a descrição das características da população da pesquisa e testar se os objetivos foram concluídos. A pesquisa deve ser um procedimento técnico onde sua elaboração requer cuidados, verificar sua eficácia quanto a objetivos, forma e conteúdo dos questionamentos, quantidade e ordem das questões e sua apresentação.

2.4 Método de Pesquisa

Para fundamentar a pesquisa usou-se a metodologia bibliográfica e para a análise o método descritivo.

Segundo Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas

padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

Para Gil (2008):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. [...] São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade. (GIL 2008 p.28)

A pesquisa descritiva ocorre entre outros tipos de pesquisas, como documental, estudos de campo, levantamentos, entre outras.

Neste trabalho, a pesquisa descritiva visa observar, registrar e analisar os dados coletados nos questionários propostos aos professores, sem o envolvimento ou interferência do pesquisador.

3. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

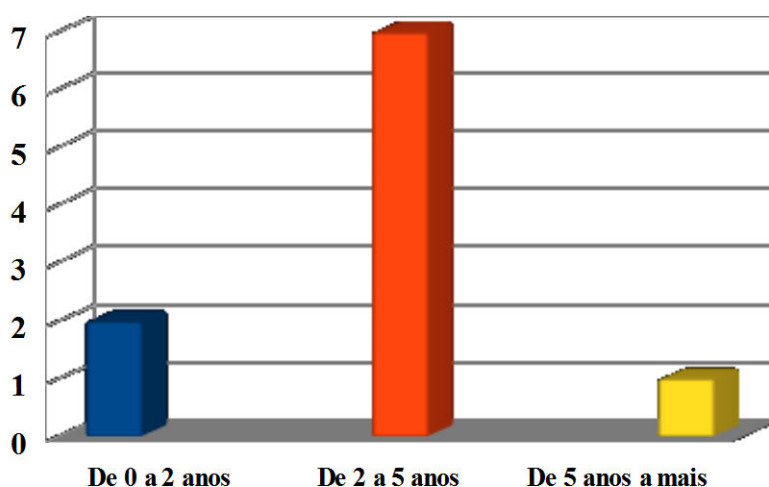
O questionário proposto foi para 12 professores de uma escola “X” estadual localizada na cidade de Joinville do ensino médio, representando as 12 disciplinas curriculares, dentre esses 12 profissionais 10 responderam ao questionário.

Cada pergunta do questionário será analisada separadamente através do gráfico dando sua totalidade e depois descritivamente faz-se a análise desses dados, a forma descritiva.

Para cada profissional será usado a referência: Professor 1, Professor 2, aleatoriamente pois estes não foram identificados.

Para a análise da pergunta um sobre a experiência do professor em trabalhar com o profissional intérprete, usou-se a abordagem quantitativa, pois o objetivo da pergunta é saber quantos professores já tiveram a experiência em trabalhar com intérpretes nos anos propostos.

Qual a sua experiência em trabalhar com o profissional intérprete



Fonte: A Autora (2018).

Dois profissionais escolheram a opção de 0 a 2 anos, sete profissionais escolheram a opção de 2 a 5 anos e um profissional escolheu a opção de 5 anos a mais, todos alegaram já ter experiência em trabalhar com o profissional intérprete.

A palavra experiência é de origem latim, “*experienti.ae*”, significando Etimologia (origem da palavra experiência).

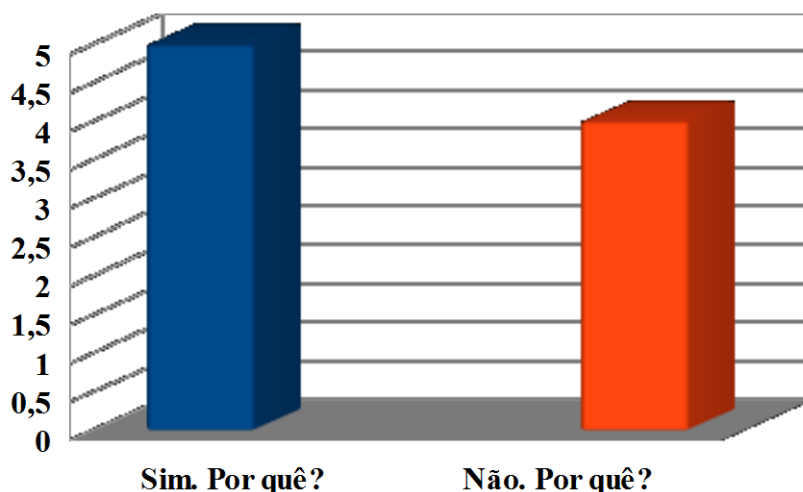
Segundo o dicionário Aurélio a palavra “experiência” significa: Ato de experimentar, Ensaio, Tentativa, Conhecimento adquirido por prática, estudos, observação, etc.

Os professores constroem a democracia no cotidiano escolar por meio de pequenos detalhes, da organização da prática pedagógica. Nesse sentido, fazem a diferença: o modo de trabalhar os conteúdos com os alunos; a forma de sugerir a realização de atividades na sala de aula; o controle disciplinar; a interação dos alunos nas tarefas escolares; [...]; a forma de planejar com os alunos; a avaliação da execução das atividades de forma interativa. (ROPOLI, 2010, p.13).

Conhecer o trabalho do intérprete educacional, favorece o trabalho na educação inclusiva, onde todos ganham com isso, seja surdo, professor ou intérprete.

Na pergunta dois foi questionado se os professores acham que o intérprete explica bem conteúdo que estes professores explicam, será representada por gráfico e quadro com as transcrições das respostas dadas pelos professores, numa análise quantitativa e qualitativa.

Você acha que os intérpretes explicam bem o conteúdo que você está explicando?



Fonte: A Autora (2018).

5 RESPOSTAS SIM	4 RESPOSTAS NÃO
<i>“Pelo resultado positivo na avaliações e atividades.” (Professor 1)</i>	<i>“Depende do intérprete. Alguns são ótimos outros não.” (Professor 1)</i>
<i>“Porque isso ocorre nas aulas e os surdos desempenham bem nas avaliações.” (Professor 2)</i>	<i>“Nem todos estão preparados para a função.” (Professor 2)</i>
<i>“Quando consegue abordar o conteúdo apresentado.” (Professor 3)</i>	<i>“Nem sempre tenho esta certeza, pois em alguns momentos não percebo envolvimento / comprometimento com o processo ensino-aprendizagem por parte de alguns profissionais.” (Professor 3)</i>
<i>“Dependendo da matéria, sim, quando à conteúdos complexos fica um pouco difícil.” (Professor 4)</i>	<i>“Vejo a função do intérprete como a de um “tradutor” uma ponte entre o surdo e o prof. Acredito que ele não tem a função de explicar.” (Professor 4)</i>
<i>“Quando estão juntos e interagidos do assunto.” (Professor 5)</i>	

Quadro 1: Resposta Pergunta 2

Fonte: A Autora (2018).

Dos dez professores que responderam a pergunta 5 acham que sim e 4 acham que não, e 1 professor destacou que depende.

O intérprete educacional tem o papel de ser o mediador entre surdos e ouvintes nesse caso, professores e surdos fazendo repasse da língua fonte português na hora da explicação dos professores para a língua alvo libras e deve estabelecer comunicação necessária a participação efetiva do aluno e trocar informações com o professor relativas dúvidas desses alunos.

Segundo Tuxi (2009), o intérprete realiza funções como co-construtor de conhecimento, onde terá momentos que só interpretação língua fonte e língua alvo não é suficiente para o entendimento do surdo, ele pode estar iniciando uma explicação direcionada exclusivamente para o surdo. O intérprete educacional também pode ser instrumento de

inclusão/exclusão, onde o aluno surdo é incluído no processo de discussão e resolução de dúvidas na sala de aula, a partir da atuação do intérprete.

Segundo Quadros (2004):

Este é outro ponto a ser analisado, pois nem todas as pessoas fluentes em Libras possuem habilidades para atuarem como intérpretes. Estes obedecem apenas o fazer puramente técnico de suas funções. O intérprete especialista para atuar na área da Educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos na sala. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete, por sua vez, se assume todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído. Vale ressaltar que se o intérprete está atuando na educação infantil ou fundamental, mais difícil torna-se sua tarefa, as crianças mais novas têm mais dificuldades em entender que aquele que está passando a informação é apenas o intérprete, é aquele que está apenas intermediando a relação entre o professor e ela (QUADROS, 2004, p.54).

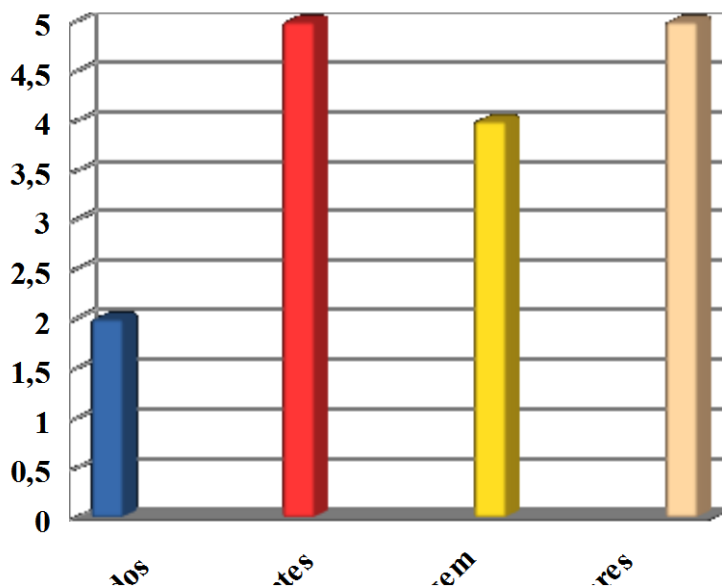
Destaca Lacerda (2006), que: [...] o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo.

Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno. (p. 174).

Este destaque de Lacerda (2006), nos leva a uma reflexão, pois: “[...] onde se atendem crianças que estão entrando em contato com conteúdos novos e, muitas vezes, com a língua de sinais, mas deve estar presente também em níveis mais elevados de ensino, porque se trata de um trabalho com finalidade educacional que pretende alcançar a aprendizagem.”(p. 174).

Na pergunta três, os professores escolheram mais de uma opção, pois esta era de escolha.

Para você qual é a função do intérprete educacional.



Fonte: A Autora (2018).

OPÇÃO 1	OPÇÃO 2	OPÇÃO 3	OPÇÃO 4
2 Professores	5 Professores	4 Professores	5 Professores

O intérprete além de interpretar os conteúdos escolares, faz a mediação linguística de eventos e atividades internas ou extraclasse para que o aluno surdo acesse essas informações, como destaca o artigo 6º da Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010, p.2) se refere mais especificamente às competências do intérprete de sala de aula nos três níveis de ensino, ainda limitado à interpretação restringindo-a “a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares”:

Art. 6º são atribuições do tradutor intérprete, no exercício de suas competências:

[...] II – interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010, p. 2)

As autoras Lacerda e Góes (2002), Martins (2009) e Albres (2015) destacam que em muitos casos, há delegação de responsabilidade referente ao ensino do aluno surdo para o intérprete educacional, o qual, para apresentar resultados de seu trabalho, assume essa função.

Onde o aluno surdo compreende como se ele o intérprete fosse responsável pelo seu processo de aprendizado, questionando-o sobre suas dúvidas.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p.52).

Sendo o intérprete a acessibilidade do aluno surdo no aspecto linguístico, o professor é a acessibilidade no aspecto dos conhecimentos científicos, e portanto será ele o avaliador do aprendizado do aluno surdo.

Quadros destaca que:

Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos participam das aulas visualmente e

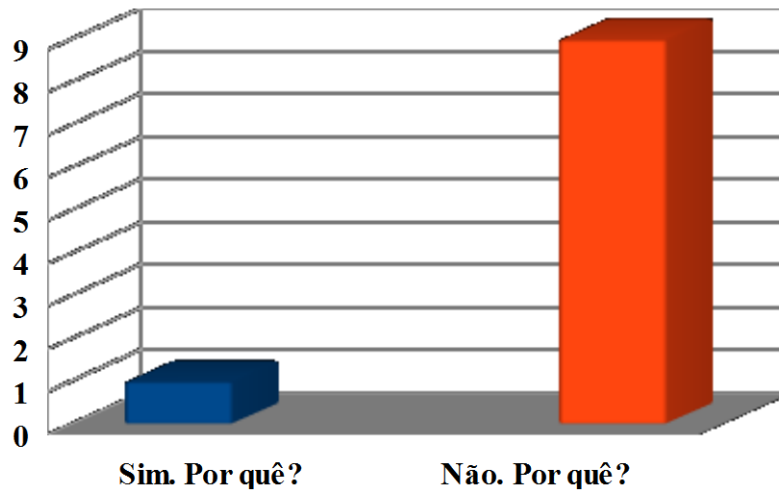
precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las. Outro aspecto importante é a garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. A questão da iluminação também deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retroprojektor podem ser recursos utilizados em sala de aula. (QUADROS, 2004, P. 61).

Destaca-se ainda em Santos “et al” (2010, p. 26), “algumas pessoas acreditam que ser intérprete educacional significa apenas traduzir o que os professores falam em sala de aula e que não é preciso planejar suas atuações e preparar as aulas. De fato, elaborar atividades é responsabilidade do professor, mas o TILS deve ter contato com o planejamento para se preparar para a interpretação na aula. Caso haja dúvidas do conteúdo, elas deverão ser sanadas com antecedência para que não se prejudique o processo cognitivo do aluno surdo. Não sabendo como mediar a explicação do professor, é preciso entender para interpretar. [...] Ainda há casos em que a escola acredita que a responsabilidade do ensino é apenas do intérprete.”

Contudo, Lacerda (2008), destaca que: [...] a presença de um ILS não garante que questões metodológicas sejam consideradas e também não existe garantia de que o espaço sócio- educacional em um sentido mais geral seja adequado, pois a criança surda poderá permanecer às margens da vida escolar, usando uma língua restrita a sua relação com o IE. Afirma-se também que é importante que este intérprete tenha preparo para atuar no espaço educacional também como educador, atento às dificuldades, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos. Não se trata de o IE substituir o papel do professor. O professor é responsável pelo planejamento das aulas, por decidir quais são os conteúdos adequados, pelo desenvolvimento e pela avaliação dos alunos, todavia o IE conhece bem os alunos surdos e a surdez e pode colaborar com o professor sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parceria, visando a uma inclusão mais harmoniosa dos alunos surdos. (LACERDA, 2008, p.17)

Na pergunta quatro sobre se a falta de um intérprete os surdos entenderiam os conteúdos da disciplina, vale destacar estando o surdo incluso no espaço escolar é de fundamental importância a presença do intérprete educacional.

Na falta de um profissional intérprete você acha que os surdos conseguem entender a c



Fonte: A Autora (2018).

NÃO ENTENDEM	SIM ENTENDEM
<p>“Se entendessem não precisaria do intérprete.” (Professor 1)</p> <p>“Porque fica complicado o processo ensino-aprendizagem.” (Professor 2)</p> <p>“São conceitos que muitas vezes precisam ser explicados / interpretados por um profissional / intérprete.” (Professor 3)</p> <p>“Pelo fato de não ouvirem.” (Professor 4)</p> <p>“Pois não possuem a audição necessária para compreender o que o prof. está falando.” (Professor 5)</p> <p>“Porque eles precisam em geral da língua de sinais (libras) para entender. Muitos não são alfabetizados.” (Professor 6)</p> <p>“Porque vejo muita dificuldade pelo fato no executarem, não conseguem desenvolver a</p>	<p>“As vezes sim. Depende do conteúdo, do aluno surdo, da interação com a turma.” (Professor 1)</p>

<i>proposta da atividades.” (Professor 7)</i>	
<i>“Porque não tem a mediação.” (Professor 8)</i>	
<i>“Depende alguns fazem leitura labial e conseguem saber quando nos dirigimos a eles algumas coisas.” (Professor 9)</i>	

Quadro 3: Resposta Pergunta 4

Fonte: A Autora (2018).

Sendo o intérprete o meio linguístico para que os surdos entendam os conteúdos escolares, e consigam acompanhar as atividades, na ausência desse profissional essa mediação não acontece, independente de conteúdos ou da interação com a turma, não ha interação.

Segundo Quadros (2003, p. 28-29), quando há insuficiência de intérpretes de libras, a relação entre surdos e ouvintes fica afetada, os surdos não participam de vários tipos de atividades educacionais, culturais, ficando o surdo desmotivado, e também não tem acesso às informações da língua falada estando assim excluído da relação surdo ouvinte.

Nas pesquisas de Reis (2006), sobre a importância da presença do intérprete nas mediações destaca-se o relato de surd@:

Realmente ficava mais tranqüila por tê-lo [o intérprete de língua de sinais] na sala de aula, não precisava fazer esforço para realizar a leitura labial. Neste método entendia apenas 60%, por outro lado, com o intérprete entendia 100% (...) Concluí o ensino médio numa escola da rede pública, com a atuação deste intérprete o que facilitou o meu aprendizado. Isso me possibilitou olhar meu passado e entender que os surdos necessitavam dos intérpretes (REIS, 2006, p. 22).

de acordo com Stumpf (2005, p.26): “Com a língua de sinais os surdos podem, através do intérprete, compreender e ser compreendidos, e os ouvintes, são colocados no mesmo nível, precisam também do intérprete ou de aprender uma língua que não é a sua língua natural” (STUMPF, 2005, p. 26). Ainda segundo Stumpf: “os surdos sentem-se assegurados pelos intérpretes, pois esses, pelo poder de comunicação da língua de sinais, corporificam a possibilidade de resgate da participação. O intérprete ou o tradutor, de qualquer língua, tem grande poder em suas mãos. Ele é responsável pela qualidade da comunicação. Os surdos precisam que esses profissionais sejam bem qualificados” (STUMPF, 2005, p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que este trabalho de pesquisa acerca do olhar de um olhar dos professores sobre o intérprete educacional, possibilitou entendermos como os professores veem o intérprete em sala de aula.

Esse olhar demonstra que pela experiência no trabalho com alguns profissionais, há a percepção de que alguns tem formação e outros não pelas respostas apresentadas na pergunta dois, e que se esta caminhando num entendimento dos papéis deste profissional, mas que há ainda indagações pertinentes, onde alguns “mal entendidos”, ocorrem que estes devem ser revistos.

Que a função do intérprete vai muito além de só repasse de conteúdos, que o foco principal é o aluno surdo que este precisa acessar e entender os conteúdos propostos na disciplina.

Este trabalho nos faz refletir sobre a inclusão do papel e a realmente feita na prática, onde deve-se rever nossas ações no que tange a educação de alunos surdos, e que sejam vistos em sua totalidade.

Lacerda (2006, 180), destaca que: “Nesse cenário, a educação dos surdos é um tema polêmico que gera sempre debates acalorados, pois, de um lado, estão o respeito às questões da diferença lingüística, à identidade surda, e os modos próprios de relação cultural (apreensão do mundo) que os sujeitos surdos têm; de outro lado, a preocupação com a inclusão deste grupo na comunidade majoritária, respeitando suas diferenças e necessidades, mas atentando para que não se constitua como uma comunidade à parte, marginalizada. Este debate acaba se materializando na defesa, de um lado, de escolas de surdos e, de outro, pela inserção do aluno surdo na escola de todos.”

Na questão quatro fica claro que professores percebem a importância do intérprete educacional como mediador comunicativo, e sem este profissional não acessariam os conhecimentos ficando alheios no momento do aprendizado.

Neste trabalho conheceu-se sobre o profissional intérprete educacional, sendo ele o mediador que fará o repasse da língua alvo português para a língua fonte-libras, e que deve ter fluência em libras e formação na área, e que sua função vai muito além de repasse de línguas, ou seja, será ele que fará a comunicação entre surdos, professores, colegas e equipe escolar;

estudar e estar sempre se atualizando; trocar informações com o professor; que deverá cumprir a carga horária, para a qual foi contratado, integralmente, na unidade escolar.

E que ele deve ter competências na sua área de atuação como competência linguística, conhecer as línguas e culturas envolvidas no ato interpretativo; competência para transferência, onde deve compreender os significados e os significantes; competência metodológica, pra saber qual metodologia é melhor ser usada na hora de transmitir a informação seja ela simultânea ou consecutiva; competência na área, ser formado na área e não achar que cursos básicos de libras já o habilita na área; competência bicultural conhecimento das culturas ao qual foi contratado para interpretar; competência técnica no uso de microfones, na dicção da voz, em janelas de interpretação.

Discorreu-se sobre a Língua brasileira de sinais – LIBRAS, é utilizada por surdos, intérpretes e pessoas ouvintes que fazem uso dela para se comunicar com os surdos e não são necessariamente intérpretes, como família, amigos ou colegas de trabalho.

Estar preparado para inclusão não é fácil, pois sabemos que lidar com a diferença precisa olhar para si mesmo.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N.A. **Tradução e interpretação em língua de sinais como objeto de estudo: produção acadêmica brasileira: 1980 a 2006.** Campo Grande: EPILMS 17 e 18 de novembro, 2006.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva.** São Paulo: Harmonia, 2015.

ASSIS SILVA, César Augusto. **Entre a deficiência e cultura: etnográfica de atividades missionárias com surdos.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo 2010.

<http://helenavetorazo.blogspot.com.br/2012/03/o-conceito-de-bilinguismo-e-as-suas.html> Acesso em 22/05/2018

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).** 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BASTOS, Maria Helena C. **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827).** *História da educação.* Pelotas, no 1, v. 1, p. 115-133. 1998.

BERGAMASCHI, Rosi Isabel / MARTINS, Ricardo Vianna (Org). **Discursos Atuais sobre a Surdez; II Encontro a Propósito do Fazer, do Saber e do Ser na Infância.** Canoas: La Salle, 1999.

DESLAURIERS, j.-P. **Recherche qualitative- Guide pratique.** Montreal: McGraw-Hill. 1991.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.626, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Brasília/DF, Diário Oficial da União, de 22 de Dezembro de 2005.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Língua Brasileira de Sinais – Libras, 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10.436.htm>. Acesso em: 11 de jun. de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília/DF, Diário Oficial da União, de 1º de Setembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001.**

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Deficiência Auditiva e Libras.** Indaial: Asselvi, 2009.

CARVALHO, Rosita Elder. **O Direito de Ter Direito.** In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História (s) da educação integral.** In: EM ABERTO. Brasília: Inep, v. 22, n. 80, p. 83 – 96, abr. 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). **Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Gil, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social /** Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p.163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F. **O Intérprete de Língua Brasileira de Sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** 2008.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GÓES, Maria Cecília Rafael de (Orgs.). **O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão.** In: Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2002. p. 51-84.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 15ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

MARIANI, B.. **“Quando as línguas eram corpos – sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil”**. In: Orlandi, E. P.. Política linguística no Brasil. Campinas: Pontes Editora, 2007.

MASUTTI, Mara L. **Tradução cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes**. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MARTINS, D. A. **Trajetória de formação e condições de trabalho do intérprete de libras em instituições de educação superior**. Dissertação de mestrado em Educação. Campinas: PUC – Campinas, 2009.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PADDEN, Karol & HUMPHRIES, Ton. **Dears in América**. Cambridge. Harwad. Harwad University Press, 1989.

PERLIN, G. **“A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais”**, ETD- Educação temática digital, Campinas, v.7, n.2, jun/p.135-146, 2006.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdo**. 2008.

PIRES & NOBRE. C. L. e M. A. **Uma investigação sobre o processo de interpretação em Língua de Sinais**. In: Invenção da Surdez I, Thomaz Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **“Profissionalização e Formação de Intérpretes de Libras”**. Revista da Feneis. Rio de Janeiro, ano III, n. 18, 2003. p. 26-28.

PEREIRA, M. C. da C. **Interpretação Interlíngua: As especificidades da interpretação de língua de sinais**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2008.

Perrenoud, Ph. & cols. **A Escola de A a Z. 26 maneiras de repensar a educação**. Porto Alegre : Artmed Editora (trad. En portugais de LIFE L'École entre Autorité et Zizanie. Ou 26 façons de renoncer au dernier mot. Lyon : Chronique Sociale). 2005.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Revista Ponto de Vista, Florianópolis, n.5, p. 81-112. 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. & KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira – estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes médicas, 2004.

QUADROS, Ronice de Müller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, Brasília-DF: MEC, SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Muller (org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (Org.). **Estudos surdos IV: série pesquisas**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

REIS, Flaviane. **Professor Surdo: poesia e poética da transgressão pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

RODRÍGUEZ, R. **Pedagogia de la diversidad: más aliá de los tipos y niveles de integración**. Abril, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27. Ed. Petropolis: Vozes, 2002.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum inclusiva** - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2010.

ROSA, A. da S. **Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas-SP: Editora Arara Azul, 2005.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilingüismo**. Niterói: EDUFF, 1999.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da nossa época; v.132).

SANTOS, I.; GRILLO, J.; DUTRA, P. Intérprete educacional: teoria versus prática. In: Revista da Feneis, nº 41, set-nov, 2010. p. 26-30.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais Pelo Sistema Signwriting: Línguas de Sinais no Papel e no Computador**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TUXI, Patrícia. **A Atuação do Intérprete Educacional no Ensino Fundamental**. Brasília: UNB, 2009.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Brasil: 1999.

ZABALA, A. A avaliação. In: *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Art Méd, 1998.